



Câmara Municipal de Nova Venécia
Estado do Espírito Santo



COMISSÃO PERMANENTE DE FINANÇAS E ORÇAMENTO (CFO)

PARECER

Processo Legislativo: PROJETO DE LEI Nº 69/2025.
Relatora: Vereadora Regina Tosta Machado (PV).
Iniciativa: Prefeito Mário Sergio Lubiana (PSB).

I – RELATÓRIO:

Trata-se do Projeto de Lei nº 69/2025, que autoriza o Poder Executivo Municipal a proceder à abertura de crédito adicional suplementar ao orçamento vigente na forma que especifica, de iniciativa do prefeito Mário Sérgio Lubiana.

O projeto supracitado foi apresentado ao Plenário no Expediente da Sessão Ordinária de 23 de setembro de 2025. Em seguida, foi distribuído pelo presidente da Câmara à Comissão Permanente de Finanças e Orçamento nos termos do art. 134 c/c art. 212, do Regimento Interno, para a emissão do parecer técnico.

Recebida a matéria na comissão pelo Presidente, fui designada relatora, nos termos do art. 70 do Regimento Interno.





Câmara Municipal de Nova Venécia Estado do Espírito Santo

Importante destacar que foi aberto o prazo para a apresentação de emendas, nos termos do art. 212, parágrafo único c/c o art. 126, § 1º, do Regimento Interno, no entanto, não foi apresentada nenhuma emenda.

De posse do processo legislativo, na condição de relatora, pelas competências da comissão previstas no art. 80 do Regimento Interno, passo a exarar o parecer pelos fundamentos abaixo.

II – DOS PRESSUPOSTOS DE ORDEM ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA:

Além das competências privativas de iniciativa de leis atribuídas ao Prefeito Municipal no art. 44 da Lei Orgânica, o art. 165, III, da Constituição Federal, dispõe que as leis orçamentárias são de iniciativa do Poder Executivo.

Portanto, aplicando-se o princípio organizatório do orçamento previsto no texto constitucional, uma outra lei que venha a alterar qualquer lei orçamentária deve ter origem também no Poder Executivo.

Esses dispositivos constitucionais previstos no art. 165 da Constituição Federal são reproduzidos de forma simétrica (princípio organizatório do orçamento) no texto do art. 112 da Lei Orgânica do Municipal. Assim, normas orçamentárias do Município devem partir do Chefe do Poder Executivo Municipal.

A abertura de crédito adicional suplementar, como no objeto em análise, é matéria de lei ordinária que deve emanar do Prefeito Municipal, para que o Poder Legislativo Municipal autorize a respectiva abertura de crédito, o que se fará, após a autorização, por via de decreto do Poder Executivo.

Observando o art. 167, V, da Constituição Federal, há a exigência de autorização legislativa para abertura de crédito especial ou suplementar na lei orçamentária. Essa simetria de organização orçamentária para adoção pelos entes federados, é reproduzida no art. 119, V, da Lei Orgânica. Dessa forma, deve a matéria ser submetida ao crivo do Poder Legislativo Municipal.

Continuando sobre o tema em análise, ainda na própria Lei Orgânica do Município, extrai-se do texto de seu art. 17, XI, a necessária apreciação pelo colegiado de matéria que trata de abertura de crédito, senão, veja-se:

Art. 17. Cabe à Câmara Municipal, com a sanção do Prefeito, dispor sobre as matérias que compete ao Município, especialmente no que se refere ao seguinte:

(...)





XI - orçamento anual, plano plurianual e diretrizes orçamentárias, bem como autorizar a abertura de créditos suplementares e especiais;

Quanto aos dispositivos afins da Lei nº 4.320/64 (recepcionada materialmente pela CF/88) temos o seguinte nos arts. 40, 41 e 43, em alguns dispositivos, conforme segue:

Art. 40. São créditos adicionais, as autorizações de despesa não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento.

Art. 41. Os créditos adicionais classificam-se em:

I - suplementares, os destinados a reforço de dotação orçamentária:

II - especiais, os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica;

III - extraordinários, os destinados a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública.

(...)

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa.

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos:

I - o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior:

II - os provenientes de excesso de arrecadação:

III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei;

IV - o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao poder executivo realizá-las.

§ 2º Entende-se por superávit financeiro a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas.

Observa-se também que no texto do art. 2º da proposição em análise há a indicação dos recursos correspondentes, em conformidade com o art. 43, § 1º, inciso I, da Lei nº 4.320/64, e utilização programa previsto no art. 1º do projeto.

Sobre a necessidade de abertura de crédito adicional suplementar conforme o texto do projeto, reproduzimos a justificativa do Prefeito conforme abaixo:

Light



Bolsa



Câmara Municipal de Nova Venécia Estado do Espírito Santo

Considerando que no mês de julho/2025, o MDS retornou os repasses das parcelas, porém, sendo necessário a criação de uma atividade exclusiva para aplicação dos recursos.

A criação de uma atividade orçamentária dedicada ao Programa de Fortalecimento Emergencial do Cadastro Único no Sistema Único de Assistência Social (SUAS) é essencial para garantir a eficiência, transparência e continuidade das ações de assistência social. Essa medida visa resolver desafios cruciais na gestão de recursos e na execução de programas sociais, proporcionando benefícios tanto para a administração pública quanto para a população beneficiária.

Ao separar os recursos para o programa em uma atividade orçamentária própria, o governo pode identificar com precisão os valores aplicados no Cadastro Único. Isso aumenta a transparência, permitindo que a sociedade e os órgãos de controle, como o Tribunal de Contas, fiscalizem de forma mais eficaz como o dinheiro público está sendo utilizado para fortalecer esse sistema.

Uma atividade orçamentária específica oferece maior controle sobre os recursos. É possível planejar, executar e monitorar os gastos de forma mais precisa, evitando que o dinheiro seja desviado para outras áreas ou que falte verba em momentos críticos. Essa previsibilidade é vital para garantir que os serviços de atualização e atendimento do Cadastro Único não sejam interrompidos.

Em situações emergenciais, como a que o próprio nome do programa sugere, ter uma atividade orçamentária dedicada permite uma resposta mais rápida e menos burocrática. Não é necessário realocar fundos de outras áreas, o que acelera a liberação de recursos para contratação de pessoal, aquisição de equipamentos e outras necessidades urgentes.

O Cadastro Único é a porta de entrada para a maioria dos programas sociais do governo, como o Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada (BPC). Um Cadastro Único desatualizado ou com falhas gera prejuízos diretos para a população em situação de vulnerabilidade, que pode perder o acesso a esses benefícios. Destinar uma unidade orçamentária específica fortalece o sistema, assegurando que as famílias tenham seus dados atualizados e que o atendimento seja eficiente





Câmara Municipal de Nova Venécia

Estado do Espírito Santo

Em resumo, a criação de uma unidade orçamentária para o programa de fortalecimento emergencial do Cadastro Único no SUAS, é uma estratégia de gestão pública que promove a eficiência, a transparência e a priorização. Ao assegurar que os recursos financeiros estejam alinhados com as necessidades do programa, essa medida não apenas otimiza a execução de políticas públicas, mas também garante que a assistência social chegue de forma ágil e eficaz a quem mais precisa.

Por estas razões e contando mais uma vez com o apoio da nobre casa de Leis, encaminhamos o presente Projeto de Lei, para que uma vez apreciado, seja integralmente aprovado.

*Feitas essas ponderações e, ciente de que o Projeto de Lei ora apresentado está em consonância com a legislação em vigor, ao submetermos à apreciação dessa Egrégia Casa de Leis o presente Projeto de Lei estamos convictos de que Vossas Excelências saberão reconhecer a sua relevância, viabilizando, portanto, **AUTORIZAR O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A PROCEDER À ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO VIGENTE NA FORMA QUE ESPECIFICA**, permitindo assim ao Poder Executivo executá-la e proporcionar melhores condições de atender ao interesse público, na forma disposta no artigo 47, da Lei Orgânica Municipal.*

Salientamos que a necessidade se caracteriza em virtude, do recurso está disponibilizado em conta, e a não utilização caracterizará descumprimento das Metas a serem atendidas, bem como, o Cadastro Único desatualizado ou com falhas gera prejuízos diretos para a população em situação de vulnerabilidade, que pode perder o acesso a esses benefícios.

Grupo/Função							Total Bruto
Programas							12.560,04
PROGRAMA DE FORTALECIMENTO EMERGENCIAL DO ATENDIMENTO DO CADASTRO UNICO NO SUAS - PROCAO-SUAS							12.174,04
Professor(a) Governante/Função	CNPJ	Parceira	Parcela	Data de Ordem	Nº de Ordem	Assinatura	Valor Bruto
FUNDO MUNICIPAL	14.414.077/0001-12	07/2025	MUNICIPAL	11/07/2025	3060	007021000000376345	12.174,04

É a mensagem encaminhada para apreciação de Vossas Excelências."







Câmara Municipal de Nova Venécia
Estado do Espírito Santo



COMISSÃO PERMANENTE DE FINANÇAS E ORÇAMENTO (CFO)

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 69/2025

PROJETO:	PROJETO DE LEI Nº 69/2025: que autoriza o Poder Executivo Municipal a proceder à abertura de crédito adicional suplementar ao orçamento vigente na forma que especifica.
INICIATIVA:	Prefeito Mário Sérgio Lubiana, pelo PSB.
RELATORA:	Vereadora Regina Tosta Machado, pelo PV

A Comissão Permanente de Finanças e Orçamento (CFO) manifesta-se pela aprovação do Parecer da Relatora da matéria, Vereadora Regina Tosta Machado (PV), às folhas 17 a 23 por maioria de seus membros.

APROVADO o parecer da relatora na Reunião Ordinária de 22 de outubro de 2025, o que, de acordo com o art. 73, *caput*, do Regimento Interno, prevalece como o PARECER desta Comissão Permanente.

Reg

n-h



